Capítulo IV

O campesinato e o capitalismo autoritário

Otávio Guilherme Velho

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

VELHO, OG. *Capitalismo autoritário e campesinato*: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. O campesinato e o capitalismo autoritário. pp. 41-53. ISBN: 978-85-99662-92-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Capítulo IV

O campesinato e o capitalismo autoritário

Tendo colocado em termos gerais o que entendemos por capitalismo autoritário, tentaremos indicar as consequências desse modo de desenvolvimento capitalista para o campesinato como um todo.

Quando Marx discutiu a acumulação capitalista primitiva no primeiro volume do *Capital*, baseou-se no caso inglês, que representava o capitalismo mais adiantado do seu tempo. Ao fazê-lo, apresentou a expropriação dos pequenos produtores em geral, e do campesinato em particular através do cercamento dos campos, como sendo historicamente o principal mecanismo “interno” da acumulação primitiva que se combinava com a exploração “externa” das colônias, do tráfico de escravos etc. Desde então, os marxistas em geral têm aceitado sem discussão que o desenvolvimento capitalista e a proletarianização – sobretudo do campesinato – caminham bem juntos. Essa suposição é parte importante, por exemplo, da visão de Lênine do desenvolvimento capitalista e tem sido fielmente seguida pela maioria dos analistas marxistas brasileiros, o que, curiosamente, aproxima-os muitas vezes da visão de analistas que representam tradições teóricas bem diferentes.

Todavia, na década de 1920, Preobrazhensky em sua *Nova Economia* (1965: 85) já havia chamado a atenção para um fato importante:

... o roubo da pequena produção camponesa no interesse da acumulação primitiva assumiu muitas formas diferentes. O celebrado “cercamento dos campos” a que Marx devotou páginas tão brilhantes do primeiro volume do *Capital* não foi o método típico de acumulação primitiva em todos os países. Os métodos mais típicos foram, primeiramente, o saque dos servos camponeses pelos seus senhores e a partilha do saque com o capital mercantil; e, em segundo lugar, a taxação esmagadora do campesinato pelo Estado e a transformação de parte dos meios assim obtidos em capital.

Esse tipo de observação, no entanto, tem sido excepcional na literatura marxista.

Pode ser interessante lembrar que Preobrazhensky era um europeu oriental, um russo. Em nossos termos diríamos, então, que contrariamente à

visão geral baseada no estudo do capitalismo burguês, no caso do capitalismo autoritário, onde quer que preexistia uma base camponesa, ela não é *destruída* pelo desenvolvimento capitalista (a não ser em parte), mas é *mantida como uma forma subordinada de produção* e a acumulação primitiva prossegue às suas custas.

Isso parece se dever ao fato de que o capitalismo autoritário não é capaz de levar adiante uma homogeneização estrutural completa no interior da formação nacional. É por isso que, como afirmamos antes, para o capitalismo autoritário a chamada “fase” de acumulação capitalista primitiva – baseada na exploração de formas não-capitalistas de produção – e a acumulação propriamente capitalista tendem a se combinar. Isso certamente tem muitas causas. Entre elas:

1. que a apropriação de um excedente camponês como tal é em geral um importante predicado de classes dominantes que *não* perdem substancialmente a sua posição social com o capitalismo autoritário.
2. que desde que os países caracterizados pelo capitalismo autoritário “chegaram tarde” comparados com os países burgueses avançados, têm grande dificuldade em competir na arena internacional acumulando através de procedimentos colonialistas e imperialistas, assim tendo de realizar internamente uma política análoga, além de não terem uma possibilidade “externa” de transferência dos “excedentes demográficos” que resultam da expropriação camponesa.
3. pelas mesmas razões afirmadas acima, acrescidas da pressão de fora para modernizar, a maior parte do seu capital tem que ser aplicado no “aprofundamento” do desenvolvimento capitalista nos seus núcleos principais, e não na sua “extensão”.
4. também pelas razões acima, as suas indústrias tendem a ser mais intensivas de capital do que as das primeiras fases da revolução industrial nos países burgueses, assim tendo menores necessidades no que se refere à força de trabalho e a um “exército industrial de reserva”.
5. e ainda pelas mesmas razões, acrescidas do fato de que campo e cidade fazem parte do mesmo todo social, que as transformações capitalistas mais evidentes no caso do capitalismo autoritário se iniciaram quando o desenvolvimento geral do capitalismo já permitia a existência de uma indústria tipicamente urbana e também a presença do capital financeiro.

Assim – e em contraste com o caso inglês em que as novas ocorrências no campo se deram sobretudo *antes* do capital industrial e financeiro – isso tendeu a transferir capital gerado no campo para as cidades, assim interrompendo transformações capitalistas adicionais no campo (Galeski, 1972: 114-115).

Pode-se verificar que esses fatores são de ordens diversas. Certamente sofrem variações de caso para caso e o peso relativo deles e de outros possíveis fatores também varia. Pelo menos alguns deles serão mencionados novamente na segunda parte deste trabalho.

Campesinato: modo de produção e pequena burguesia

Na seção acima, referimo-nos à produção camponesa sob o capitalismo autoritário como uma forma subordinada de produção. Isso significa estarmos supondo que a produção camponesa pode ser considerada uma forma não-capitalista de produção. Isso não é comum no pensamento marxista, mas tem havido alguma discussão sobre este tópico (Chayanov, 1966; Thorner, 1962) que em sua inspiração geral parece compatível com um quadro de referência marxista, uma vez realizado um trabalho teórico a que têm se dedicado certos cientistas sociais poloneses (Galeski, 1972, Tepicht, 1969). Isso tem a vantagem de permitir-nos compreender melhor e levar plenamente em consideração em nossa análise a especificidade da produção camponesa que tem se manifestado de forma tão disseminada no tempo e no espaço a ponto de parecer merecer uma atenção especial.

O conceito-chave pareceria, então, ser o de *modo de produção*. Ou seja, a produção camponesa constituiria um modo de produção particular. Seria possível também discutir se a produção camponesa não poderia também ser tratada como uma variante da *produção mercantil simples*, que então seria vista como constituindo, como um todo, um modo de produção. Todavia, para os nossos propósitos presentes, restringir-nos-emos à produção camponesa.

A maioria dos estudos sobre a produção camponesa tem se concentrado nas suas características “internas” e na sua típica unidade de produção familiar. Não nos deteremos nessas características, porque ao

nível em que nos colocamos significaria quase uma repetição do que já foi afirmado¹.

Sugeriríamos, no entanto, que a produção camponesa, afora poder ser tratada como um modo de produção, deveria como complemento ser vista como necessariamente *subordinada*, constituindo, portanto, *um modo de produção subordinado*. Tepicht (1969) é um dos poucos autores que acentua isso:

(a economia camponesa) apresenta uma combinação particular dos fatores de produção (forças produtivas) unida a um tipo particular de relações entre os homens (relações de produção). Possui, então, todos os traços do que Marx chamou *modo de produção*, menos um: não é jamais representada em nenhuma formação histórica onde aparece por uma classe dirigente. De uma maneira ou de outra, mantém-se em posição de subordinação.

E essa qualidade *política* de ser subordinada é o que para nós a diferencia, por exemplo, do *farmer* norte-americano do século XIX com o qual se relaciona muito proximamente se nos restringimos a uma análise ao nível da produção. Todavia, nesse último caso, exatamente porque não era subordinada, simplesmente não constituiu um modo de produção com relativa estabilidade. E isso reafirma a relevância do que estamos denominando diferentes modos de articulação entre o político e o econômico.

Se aceitarmos a possibilidade de ver o campesinato constituindo um modo de produção, e dizemos que não desaparece com o advento do capitalismo autoritário, a sua subordinação segue-se como uma consequência teórica natural, ao mesmo tempo resolvendo a possível objeção a considerar esse modo de produção como tal pelo fato de “isolado” não se reproduzir a si mesmo. É a própria subordinação que garante a sua reprodução.

Mesmo quando o camponês pode ser considerado *livre* no sentido de ser o dono dos seus meios de produção, na nossa perspectiva continuará subordinado. Por exemplo através do mecanismo tributário mencionado por Preobrazhensky, através das trocas desiguais ou simplesmente por não lhe

¹ Para um trabalho recente de pesquisa e reflexão teórica a respeito do trabalho familiar camponês ver Garcia (Jr.), (1975).

ser permitido ultrapassar certos limites em termos de acumulação, mesmo quando é “protegido” na sua sobrevivência enquanto camponês. Obviamente, no caso do camponês “livre” essa subordinação será muito diferente e muito menos imediata do que, por exemplo, no caso do servo. Todavia, parece-nos que uma pequena produção completamente não-subordinada tende a ser instável e a não se reproduzir enquanto tal, passando a formas complexas de produção.

Assim, acrescentaríamos ainda que essa *qualidade* de ser subordinada provavelmente não será apenas um fato que tem a ver com as suas relações “externas”. Analogamente à pressão “externa” sob o capitalismo autoritário, parece-nos que deve ter importantes consequências para o seu próprio funcionamento “interno”. Essa é uma das razões porque não tornar explícito esse caráter subordinado – que poderia ser considerado óbvio – pode ter importantes consequências.

Dessa maneira, não nos parece que a produção camponesa em si mesma implique em ausência de lucro como motivação, como foi afirmado por Chayanov (1966). De fato as “motivações” como um todo parecem constituir um argumento espúrio para a análise estrutural, incluindo a sua ideia de um equilíbrio através de retornos decrescentes, entre o “esforço” de trabalho e as necessidades familiares. Em última análise isso não parece tão exclusivo da produção camponesa, embora certamente a maneira pela qual se realiza e Chayanov descreve pareça de fato iluminar de forma importante a natureza da produção camponesa a um nível de microanálise.

Se mantivermos em mente o caráter *subordinado* da produção camponesa, talvez se possa dizer que a um nível de macroanálise pelo menos alguns dos seus traços têm a ver:

1. com o espaço social restrito aberto para o seu desenvolvimento;
2. com os traços principais do modo ou classe dominante que se refletem sobre ela.

Essa questão liga-se intimamente à visão marxista usual do campesinato como constituindo uma pequena burguesia especial, a qual se apresenta sob duas formas diferentes: a que acentua a sua posição basicamente homogênea em face da sociedade (e que para certos propósitos pode ser relacionada à visão do campesinato como constituindo um modo de produção específico) e a que considera como primordial a sua tendência

a uma diferenciação de classe interna. De fato essas duas visões do campesinato não têm expressado apenas dois pontos de vista “acadêmicos”, mas podem ser encontrados por detrás de importantes controvérsias políticas, tal como a entre a *Direita* e a *Esquerda* dentre os bolcheviques na década de 1920 (Lewin, 1968).

Ultimamente alguns autores têm tentado levar ambas as posições em consideração. É o que faz, por exemplo, Galeski (1972: 117-118) quando diz:

Em particular, a conclusão frequentemente tirada desse paradigma (do processo de estratificação de classe rural), que sob condições capitalistas a aldeia deveria ser simplesmente considerada como uma entidade social em que classes antagonistas (ou grupos de classes) análogas às das cidades começam a se desenvolver, não corresponde à realidade. Mesmo se ignorarmos sobrevivências pré-capitalistas na estrutura social, e os antagonismos de classe ligados a elas, temos que admitir que sob condições capitalistas o estrato camponês também preserva uma série de traços como um todo e ocupa um lugar especial na estrutura da sociedade. Mesmo quando a diferenciação interna em classes desse estrato é bem evidente, em certas situações pode agir como uma força social homogênea. Nesse sentido, a questão sobre se o termo “classe camponesa” ou “estrato camponês” é o mais apropriado pareceria mal formulada (...) A questão alternativa deveria ser: “Em que situações sociais a comunidade rural ainda age como classe e em que situações é necessário levar em conta, antes de tudo o mais, a diferenciação interna em classes no campo?”

E Shanin (1971: 254):

O principal dualismo envolvido na posição dos camponeses na sociedade consiste em serem, por um lado, uma classe social (de baixa “classidade” e de uma maneira geral dominados por outras classes) e, por outro, um “mundo diferente” – uma extremamente autossuficiente “sociedade em si mesma”, portando os elementos de um padrão separado, distinto e fechado de relações sociais (...). Essa dualidade singular (“classe” e “sociedade”) leva a dificuldades conceituais, porém pode muito bem servir como uma definição qualitativa do campesinato – especialmente ao se diferenciar essa entidade de agrupamentos mais amplos, mais amorfos tais como

“classes médias”, “massas exploradas” ou “resquícios do feudalismo”.

Sugerimos que se mantivermos em mente como uma ideia primordial a natureza *subordinada* da produção camponesa, poder-se-á resolver algumas das dificuldades teóricas dessa “natureza dual” do campesinato sem que se torne necessário recorrer a uma definição puramente “situacional” e não-estrutural.

Nesse sentido, Tepicht chega a crer, ao distinguir entre as “ocupações básicas” da unidade familiar e as que utilizam as suas “forças marginais” (1969: 58-59), que sob o capitalismo essa subordinação se expressa em termos de uma ausência generalizada de alternativas. Assim, dir-se-ia que em última instância a unidade familiar camponesa é mantida junta não por causa da não-existência da “motivação do lucro” ou de qualquer indestrutível “espírito familiar”, mas porque os seus membros não têm escolha, visto como de uma maneira geral não há outro lugar para eles na estrutura ocupacional. Tepicht tenta mostrar como a necessidade da parte da família de utilizar plenamente o seu principal recurso – a sua força de trabalho – em face da ausência de ocupações alternativas leva-a a trabalhar além do ponto que seria considerado racional segundo critérios capitalistas, mobilizando as suas “forças marginais”.

Apesar da possível subestimação economicista da força de uma *ideologia camponesa* do valor do trabalho por conta própria, essa argumentação é interessante, desde que pensemos não em termos de uma ausência absoluta de alternativas (o que parece ser uma visão “de fora”), mas de ausência de *melhor* alternativa, avaliada da perspectiva de uma ideologia camponesa. Nesse sentido, parte dessa argumentação pode ser válida para ajudar a entender a própria *existência* de uma produção camponesa sob o capitalismo. Quando há terras livres disponíveis, por exemplo, pode-se não ser obrigado a utilizar até o limite as “forças marginais”² e ainda assim não haver “melhor” alternativa fora da produção camponesa, além dos impedimentos a que a própria produção camponesa evolua para uma produção complexa. Além do mais, essa ausência de melhor alternativa fora da produção camponesa não precisa coincidir com

um predomínio numérico absoluto do campesinato no país: mesmo quando tal não é o caso, pode acontecer que a partir de certo ponto não haja “melhor” alternativa para o campesinato existente, sobretudo quando se dá uma intensificação da exploração da mão-de-obra assalariada. Quando há terra disponível pode até acontecer que a produção camponesa se torne uma alternativa significativa para as próprias massas não-camponesas.

De qualquer maneira, diríamos que sob o capitalismo burguês ou existe a possibilidade da pequena produção *transformar-se* em produção complexa, reproduzindo internamente as principais contradições de classe, ou ela é *destruída* por forças externas, embora ambas as possibilidades possam obviamente coexistir em graus variados: o capitalismo burguês em cada caso sendo então tanto mais “democrático” quanto mais se encontre presente a primeira possibilidade. Todavia, sob o capitalismo autoritário haveria, para uma maior ou menor proporção do campesinato e variando com o tempo uma espécie de pressão “a meia força” que fundamentalmente não destrói o campesinato nem permite a sua transformação, mas o mantém *subordinado*, continuando a extrair de várias formas um excedente dele ao mesmo tempo que controlando a acumulação da sua própria camada superior. O campesinato não é destruído, mas é como que “confinado” dentro dos limites de um espaço social dado. À pressão “externa” corresponderá – com força variável conforme o caso – uma pressão centrífuga de “dentro” do campesinato. Especialmente porque os principais traços do modo ou classe dominante, (no caso do capitalismo especialmente o valor de troca) refletem-se sobre o modo subordinado e dão origem a tendência a identificação com ele. Todavia, não se trata sociologicamente apenas de uma ampliação da atividade produtiva, e sim de uma *passagem* que só excepcionalmente se realiza.

Em termos ideais diríamos que enquanto se mantém a subordinação, o campesinato representa acima de tudo um modo de produção específico. No entanto, se essa subordinação desaparece ou se enfraquece uma “face burguesa” pode vir à superfície. Assim, essa visão talvez permita, por exemplo, uma reinterpretação da questão camponesa na década de 20 na União Soviética: com a Revolução diríamos que a subordinação tendeu a se levantar e a “face burguesa” do campesinato tornou-se uma realidade evidente, em parte devido, paradoxalmente, à própria hegemonia capitalista anterior. Uma elaboração da noção de *hegemonia* talvez nos levasse a

² Nossa própria experiência de campo tendeu a revelar uma correlação negativa bastante estreita, por exemplo, entre o desenvolvimento de um artesanato doméstico e a existência ou não de terras livres.

distinguir a plena identificação política e ideológica da identificação, como pode ter sido o caso, enquanto “competidores”.

Nas circunstâncias criadas pela Revolução a única possibilidade de coexistência com o novo poder seria contraditoriamente uma nova subordinação semelhante à preconizada pela Esquerda, mas que então manteria o campesinato na postura basicamente não-burguesa que a Direita por vezes supunha ser “naturalmente” a sua. Mesmo que essa subordinação, de uma maneira não plenamente percebida por nenhuma das correntes na época, se ligasse a uma hegemonia que o conduzisse à passagem a formas de produção pós-capitalistas. Como isso não foi sistematicamente afirmado, um confronto tornou-se inevitável.

Como se vê, essa interpretação não exclui a noção de um modo de produção camponês, mas necessariamente acentua o seu caráter subordinado. Não haveria nenhuma contradição entre isso e o papel político do campesinato na década de 20: diríamos que quando a dominação sobre o campesinato vacila (e isso não precisa necessariamente ser seguido de forma imediata por mudanças econômicas evidentes), as suas *camadas superiores* ganham novas possibilidades de impor a sua própria hegemonia sobre o campesinato como um todo. De fato, uma vez que se leva em conta a *hegemonia*, assim rompendo com qualquer visão mecânica da relação entre posição sócio-econômica e atitude política tal como tendia a prevalecer entre todas as facções na época³, pode-se até aceitar, como afirma Shanin, que na década de 20 na União Soviética, foi praticamente regra geral que o campesinato tendeu a agir de forma unitária (Shanin, 1972). Isso, no entanto, não nos levaria então a ignorar a importância política de uma “burguesia camponesa”, cuja significação sociológica a esse nível de microanálise seria provavelmente melhor entendida se tivesse sido possível vê-la “de dentro” (como o faria um antropólogo), ao invés de por intermédio de inferências retiradas de dados estatísticos. No entanto, diríamos então (de maneira diferente do que era em geral afirmado na época), que a questão *imediata* era *não* a exploração dos camponeses pobres pelos culaques; mas, *pelo contrário*, a influência ideológica, política e moral dos culaques sobre o campesinato como um todo. Nesse sentido,

³ Talvez seja interessante observar que essa apreciação da questão na década de 20 parece próxima da recente e importante crítica de Bettelheim (1974) ao *economicismo* que não tivemos ocasião de utilizar quando da elaboração do nosso próprio trabalho.

poder-se-ia até dizer que os bolcheviques na verdade *perderam* essa disputa, e foi por isso que na prática o campesinato como um todo teve de vir a ser tratado como um inimigo.

Finalmente, uma última palavra sobre a controvertida questão do *campesinato como classe*. Estamos supondo que o campesinato contenha em seu seio divisões que dependendo das circunstâncias podem vir a constituir o germe de contradições internas de classe⁴. No entanto, enquanto campesinato, a pressão “externa” sobre ele não permite que “explodam” e se revelem plenamente. Assim, o que predomina é a posição basicamente a mesma do campesinato como um todo diante do modo ou classe dominante. Essa posição singular do campesinato (juntamente com toda a pequena produção mercantil) tem sido descrita na literatura especializada – com diferentes graus de clareza quanto ao ponto crucial da questão – por termos variados, tais como: sociedade parcial (*part-society*), ordem, casta, grupo de *status*, comunidade corporativa etc.

De fato, o campesinato enquanto tal tem, seguidamente, tido durante certos períodos até mesmo um papel político agindo como um corpo mais ou menos coerente. Poderá então ser considerado como uma *classe*? Sugeriríamos que no sentido marxista básico na verdade não se trata de uma classe, visto como não se opõe a outro grupo no próprio processo de produção. Todavia, na medida em que é subordinado, efetivamente se opõe a outro grupo em *outro* nível. Assim diríamos que o campesinato constitui o que denominaremos uma *classe política*. Isso parece consistente com a nossa ênfase na articulação entre o político e o econômico e para os nossos propósitos assim o consideraremos.

⁴ Seria interessante, a propósito, verificar até que ponto a relação entre o campesinato como um todo e as suas diversas camadas poderia ser tratada como relações entre classe e estratos. Quanto às circunstâncias em que as divisões internas ao campesinato se transformam em diferenças de classe, a fora as considerações feitas neste trabalho, lembraríamos que a questão se liga também à necessidade de aprofundamento em termos de pesquisa e reflexão do nosso conhecimento sobre a acumulação camponesa, tópico que está no centro das preocupações do grupo de pesquisadores do PPGAS do Museu Nacional que se dedica ao estudo do campesinato.

O feudalismo e o “modo de produção asiático”

Dissemos antes que uma das razões pelas quais o campesinato merece atenção especial é a sua presença ter sido tão difundida. Uma vez que se lhe faça justiça, tratando-o como constituindo um modo de produção (no sentido restrito) particular ou como uma variante de um modo, embora sempre subordinado, é preciso ser coerente e começar a questionar outros elementos da mesma estrutura conceitual que podem ser afetados por essa mudança.

É provavelmente isso que levou Thorner (1962) a considerar o feudalismo europeu como “corporificando uma forma particular de economia camponesa”, ou, em outras palavras, de um modo de produção camponês. Thorner indica que o mesmo poderia ser dito das “sociedades asiáticas” de Marx.

As dificuldades que têm enfrentado os especialistas para definir apropriadamente o que seria um modo de produção feudal ou, mais recentemente, um “modo de produção asiático”, parece de fato justificar alguma reflexão. Isso só é indiretamente relevante para os tópicos principais da nossa discussão presente, mas brevemente se poderia indicar uma possibilidade teórica baseada nas considerações anteriores.

Seguiríamos Thorner até o ponto de aceitar que a base do feudalismo e do chamado “modo de produção asiático” de fato pode ser um modo de produção camponês. Todavia, nesse caso sugeriríamos mais radicalmente que o feudalismo e o “modo de produção asiático” como tais não deveriam continuar a ser considerados como modos de produção, passando a ser tratados como representando formas particulares de dominação política, articulações diferentes entre o político e o econômico tendo como sua base um modo de produção camponês o qual, todavia, nesses casos não é subordinado a um outro modo de produção – como sob o capitalismo – mas apenas a uma outra classe política. Uma alternativa nessa mesma linha, mas que alteraria o último ponto, seria conceber o feudalismo, como sugere Chayanov (1966), como uma forma particular de combinação de diversos modos de produção, caso entre esses se incluísse um modo de produção dominante *senhorial*.

Seja como for, se essa proposição fosse aceita, “feudalismo” e o que tem sido denominado “modo de produção asiático” não mais poderiam ser

considerados conceitos da mesma ordem que “capitalismo” – indubitavelmente um modo de produção mas da mesma ordem do que chamamos capitalismo burguês e autoritário. Na verdade, o que é geralmente apresentado como caracterizando a ambos parece ter a ver com a dominação política e não particularmente com o nível da produção.

Existem diversas indicações no próprio Marx que sugerem essa possibilidade. Uma delas, por exemplo, encontra-se no Capítulo XXXII do *Capital* (correspondente ao cap. XXIV de outras edições que não a inglesa), que parece deixar em aberto essa e outras possibilidades. Ao falar da tendência histórica da acumulação capitalista, Marx assim se refere à pequena produção em geral (camponesa e artesanal):

Obviamente, esse *modo de produção simples* também existe sob a escravidão, a servidão e outros *estados de dependência* (1970: 761) (ênfase OGV).

O original alemão parece igualmente claro⁵, e há, de fato, diversas outras indicações no mesmo sentido na obra de Marx, inclusive na célebre passagem do *Dezoito Brumário* em que discute a natureza do campesinato francês. Somente acrescentaríamos – seguindo o que foi dito na seção anterior que na nossa perspectiva, sem *algum* “estado de dependência” a pequena produção em geral e a produção camponesa em particular não tende a adquirir uma estabilidade relativa e a se reproduzir enquanto tal. Esse ponto de vista não parece incompatível com a análise de Marx, visto como a pequena produção inglesa não-subordinada do século XVI que ele discute foi, para dizer o mínimo, de vida muito curta enquanto tal.

Uma das objeções que merecem atenção quanto à não consideração do feudalismo como modo de produção seria a dos que colocam a *corveia* como a “relação de produção” por excelência do feudalismo como modo de produção e que uniria no processo produtivo senhores e servos. Somente uma pesquisa maior poderia esclarecer essa questão. Apenas para avançar a discussão, mencionaríamos a esse respeito dois pontos. O primeiro é o de que as prestações das corvéias, como lembra Armando Castro (1968: 376) para Portugal, referiam-se em geral a “(...) trabalhos pessoais, porém em

⁵ Agradeço a Moacir Palmeira por ter chamado a minha atenção para esta passagem e a Fausto Cupertino pela verificação do original alemão.

regra *sem carácter produtivo* (ênfase OGV), como proceder a arranjos domésticos na casa solarenga, efectuar carretos ou levar recados etc”.

Além do mais:

(...) este tipo de renda pelo século XII, embora revestisse muita projeção, sobretudo para o norte e centro de Portugal, não era já que absorvia a maior parte do montante entregue pelos produtores (1968: 376).

Quanto a tomar isto como indicativo da pouca importância do feudalismo em Portugal na tradição de Antônio Sérgio (1972), é questão de se examinar a recente produção histórica portuguesa pouco conhecida entre nós em que isso é debatido, sobretudo no monumental estudo de Armando Castro em 11 volumes.

Como não vamos mais nos deter nesse problema, mencionaremos apenas que se fôssemos explorar mais a fundo as possibilidades mencionadas, teríamos de tornar claro para cada caso qual a fronteira entre o político e o econômico (Rey, 1973: 32), além de investigar os aspectos políticos e econômicos das relações que em princípio não são políticas ou econômicas, tratando-as todas, como insiste Godelier (sem data: 318s.), como elementos do mesmo sistema social. Enfim, seria o caso de evitar um tratamento abstrato do que seja o político e o econômico. Na medida em que não for possível realizar integralmente esse esforço no presente trabalho, ficará no entanto registrado que segundo a nossa perspectiva trata-se de uma exigência a ser cumprida no prosseguimento da prática coletiva de pesquisa e reflexão teórica.